

**ESCOLA NORMAL DA FEIRA DE SANTANA:
Práticas de gratuidade e Caixa Escolar, 1927 a 1954**

Camila da Silva Almeida¹

Resumo

Nesta comunicação apresento o projeto de pesquisa de monografia de Graduação, no sentido que as práticas de gratuidade e caixa escolar foram práticas de apoio e de controle de jovens oriundas das classes subalternizadas, assim como reflete que estas também forçaram a entrada nos cursos normais como forma de profissionalização e estabilidade econômica. Proponho analisar a situação socioeconômica das alunas da Escola Normal da Feira de Santana entre os anos de 1927 e 1954, evidenciando a gratuidade no Curso Normal, através de práticas como a Caixa Escolar, os pedidos de políticos, as ações caritativas, religiosas de professores e a legislação escolar, tendo como fontes, notícias veiculadas no Jornal “Folha do Norte”, documentos de burocracia escolar, atas, livros de portarias, frequência e a Caixa Escolar.

Palavras-chave: Escola Normal, Feira de Santana, Gratuidade.

A pesquisa aqui apresentada constitui-se de um estudo voltado para as práticas de gratuidade de ensino da Escola Normal da Feira de Santana no início do século XX. O seu recorte abrange os anos de 1927, ano em que foi instalada a Escola Normal em Feira de Santana, até o ano de 1954.

No campo da História e Educação há um acervo de obras envolvendo e fazendo interface com a História Social, como Faria Filho², Heloisa Villela, e especificamente para Feira de Santana, Ione Sousa e Seixas da Cruz. Dentre os que têm voltado o olhar para a Escola Normal encontram-se VILLELA (1992)³ que investiga o início dos Cursos Normais no Brasil, enfocando a Escola Normal de Niterói, a primeira Escola Normal do Brasil. Apontando as críticas da sociedade referente à deficiência do ensino público, principalmente o ensino primário e seu alto índice de evasão escolar como também o despreparo dos professores. A Escola Normal sofreu influências da institucionalização da Instrução Pública pelo mundo, no final do século XVIII durante a

Revolução Francesa surge a ideia de criar uma Escola Normal pública e laica, no início do século XIX espalha-se pela sociedade europeia a implantação desta instituição.

A criação da Escola Normal no Brasil em 1835, logo após o Ato Adicional de 1834 que concedeu autonomia administrativa às províncias, efervescia o cenário político brasileiro, pois sua criação não era simplesmente um modelo europeu, mas sim um instrumento de propagação do poderio das classes senhoriais que detinham o poder. A formação de professores surge como instrumento mantenedor da ordem que queriam preservar. A moral era um ponto levado em consideração para a aprovação do cidadão ao egresso à Escola Normal. Outra forma de exclusão educacional estava voltada para as mulheres, estas não tinham permissão para obter a educação oferecida pela Escola Normal de Niterói, só vindo a mudar essa situação a partir de 1880.

SOUSA (1999)⁴ nos trás a Escola Normal de Feira de Santana, o cotidiano da Escola Normal, do Ser Normalista, do modo de formação de professoras, busca apreender o fazer-se normalista através das relações de gênero. Para tanto faz um histórico sobre a instituição e institucionalização das práticas e normas para a unificação e uniformização do ensino público através da Lei 1846 de 14 de agosto de 1925 e Decreto 4218 de 30 de dezembro do mesmo ano, referentes as escolas normais, assim como CRUZ (2004)⁵. Observou-se que o ensino estava dividido em níveis: elementar, secundário e normal, a Escola Normal não era acessível a todas as camadas sociais, pois como todo ensino da época mesmo público era pago, dificultando o acesso das camadas subalternas ao ensino normal.

Em 1916 a Escola Normal da Bahia sofreu grande modificação em seu currículo, onde são adicionadas mais disciplinas didáticas e metodológicas. Esta reforma foi imposta de cima para baixo, pois a elite não queria que o progresso parasse o que geraria uma vergonha para a elite e destoaria do interesse da Lei 1846, assim os negros e mestiços que formavam a classe subalterna da sociedade foram “incluídos” nesta reforma. Assim, a Escola Normal do interior tinha o currículo diferenciado da Escola Normal da capital, a normatização chegou à área administrativa e curricular da escola, como também chegou à sociedade.

Em 1º de Junho de 1927 é inaugurada a Escola Normal de Feira de Santana (SOUSA, 1999 e CRUZ, 2004), as Escolas Normais do interior tinham o compromisso de campanha do Governador Goes Calmon e interesse pessoal de Anísio Teixeira, com a 1ª Escola Normal de Caetité inaugurada em 1926, pois tinham como objetivo a Escola

Normal de Feira assegurar a formação de professores para trabalharem nas regiões do interior Baiano. SOUSA (1999) em análise de suas fontes pode observar ainda que, o corpo docente que era aproveitado das antigas escolas complementares entrava pelo apadrinhamento político, pois muitas das Normalistas eram filhas de grandes comerciantes, fazendeiros, funcionários públicos, profissionais liberais de camadas médias. Desta forma, traçando as condições sócio- históricas da educação na década de 20, desde a criação da Escola Normal de Feira de Santana, passando por um levantamento histórico da cidade e a importância da Escola Normal para a cidade de Feira de Santana (CRUZ, 2004).

Dos vários olhares que se lançaram sobre o sistema educacional no Brasil, NASCIMENTO (2007)⁶, utiliza a Reforma Francisco Campos e o Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931 para fundamentar o estabelecimento de Ensinos Secundários que estivessem habilitados no curso fundamental e complementar e que obedecesse as determinações do Departamento Nacional de Ensino para funcionamento tendo como parâmetro o Colégio Pedro II. Em análise sobre o Instituto Ponte Nova, buscou-se o seu reconhecimento na década de 1920 perante o governo baiano e nos anos seguintes a sua adequação legal no sistema educacional brasileiro, com o preenchimento de formulários, relatórios de instalações, entre outros, fontes estas que embasaram a pesquisa da autora.

A utilização de tais fontes documentais possibilitou a análise dos registros da vida escolar, sobretudo a influência que o meio exercia sobre tais registros. Com os relatórios de verificação e boletins permite o acompanhamento do crescimento escolar na década de 1930, especialmente o espaço geográfico, situando a localização da escola, igreja e hospitais, revelando a proposição educacional trazida pelos missionários presbiterianos. O edifício escolar quanto a distribuição das salas de aula era estrategicamente pensados para a rigidez educacional submetidas aos alunos, sempre vigiados, como forma educativa de sociabilidade dos valores e da ética. No ano de 1938 a ampliação do espaço escolar com a construção de um novo complexo educacional pela Missão, *“indicavam, delimitava e determinava os movimentos dos alunos no espaço escolar”*(p.164)

Assim como a estrutura do prédio escolar, com salas, laboratórios de química e física, materiais didáticos para aulas de geografia e história, a constituição do currículo misto com aulas de educação para o corpo tanto para os meninos quanto para as meninas, a prática esportiva, a separação do internato masculino e feminino, em pontos

distintos onde podiam ser vigiadas e mantidas o controle. Observando-se então, como era formada a estrutura física e curricular do Instituto Ponte Nova, como também, a demarcação rígida pelo qual zelavam os missionários na educação dos seus alunos secundaristas.

A discussão trazida por PALMA FILHO (2005)⁷, contextualiza as principais consequências para a educação no período de 30, pontos como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, reformas nos Ensinos Secundário e Superior, e Leis que regem a Educação assim como, a organização do Ensino Técnico, Primário e o Curso Normal no período de 1930 a 1960, tomando por base o Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931. Este Decreto dividia o Ensino Secundário em dois segmentos, o Ensino Ginásial e o Curso Complementar, o ideário que permeava era a formação de uma elite intelectual, contava com o apoio da igreja católica, o que influenciou fortemente a volta do ensino religioso no currículo primário. Deixando de lado os reais interesses da reforma, o ensino apesar de elitista tornou o currículo seriado, com frequência obrigatória e entre outros fatores tomou como parâmetro de comparação o Colégio Pedro II com a criação da Inspeção Federal.

O que identificaria o ensino elitista não seria somente a formação curricular enciclopédico que favoreceria os alunos das classes abastadas, mas também o sistema de avaliação dos estudos. Com isso o espaço ideológico, político e econômico influenciava a educação brasileira, de um lado os intelectuais liberais e do outro os católicos e conservadores que discordavam acerca da obrigatoriedade para todos do ensino elementar, a gratuidade do ensino, um currículo laico. Assim convocou-se uma Conferência Nacional de Educação e nela foram discutidos tais pontos, surgindo um Manifesto dos Pioneiros publicado em 1932, que, dentre tantos pontos levantados estavam no ponto *VI a criação de fundos escolares ou especiais destinados à manutenção e desenvolvimento da educação*, então embasados nesta proposição seguiam outros pontos que asseguravam a interpenetração das classes sociais no sistema educacional. No ensino primário e o curso normal ficou estabelecida a gratuidade de ensino. Porém, dos que podiam pagar era cobrado taxas, sendo destinadas para a Caixa Escolar.

Assim, continuou a existir a manutenção do ensino através da cobrança mensal de taxas, agora para movimentação da Caixa Escolar. Como consta nos Decreto-lei 8.529, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário) e Decreto-lei 8.530, em 02 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal).

1. A Escola Normal da Feira de Santana

A Escola Normal foi instalada em Feira de Santana em 1927 (SOUSA, 1999 e CRUZ, 2004) no antigo prédio do Grupo Escolar J.J Seabra, este anteriormente implantado em 1916. Segundo SOUSA (1999) a Escola Normal assumiu um papel na sociedade feirense como preparatória de agentes do progresso, as professoras primárias, formadoras de um novo homem e disseminadoras da civilização letrada e apta ao Progresso, ideal das primeiras décadas da República no Brasil. No universo normalista, as mulheres se destacavam e foram alvo das notícias de jornais. Destas, no imaginário da sociedade feirense, ficou o registro de que, em sua maioria, eram oriundas da elite feirense, o que as fontes permitem discutir. A Escola Normal, apesar de ter características de ensino público, em sua realidade não o era totalmente. As taxas de matrícula, os documentos, as fardas eram pagas, assim como em muitos estados os livros também deveriam ser adquiridos pelos responsáveis e pais, o que onerava a população. SOUSA (1999), com base em documentos da burocracia da Escola Normal de Feira da Santana, assim como no noticiado na imprensa e registrado no livro memorialístico de Cruz (2004) indica que na primeira turma de normalistas, formada em 1930, verificou-se uma dissensão quanto a um pequeno grupo, tido como elitista, o que gerou uma separação nos quadros de formatura.

A autora indica que a partir das fontes é possível identificar que, posteriormente, ainda na década de 1930, algumas das participantes deste grupo da “elite de 30”, usufruíram de alguns benefícios no interior da Instituição, como emprego enquanto regente, sem passar pelo ritual do concurso público, com possível intervenção política de suas famílias. Outro aspecto referente às questões de perfil socioeconômico na instituição foi também apontado por SOUSA (1999), e é este que nos propomos a investigar, que é a presença de alunas oriundas de camadas subalternizadas ou populares, registradas como gratuitas nos livros de matrículas e de portarias, parte da documentação da Escola Normal. O interesse é identificar estas alunas e cruzar, numa proposta de metodologia nominalista, suas origens sociais, a formação profissional docente e suas trajetórias profissionais, numa interpretação de uma História da Educação e do Trabalho.

Portanto apresento o objetivo desta pesquisa que é o de analisar a situação socioeconômica das alunas da Escola Normal da Feira de Santana entre os anos de 1927 e 1954, evidenciando a gratuidade no Curso Normal, através de práticas como a Caixa Escolar, os pedidos de políticos, as ações caritativas, religiosas de professores e a legislação escolar. Dos quais me proponho a:

- Identificar as alunas gratuitas, através dos pedidos de gratuidade constantes do livro de portaria.
- Relacionar registros das aprovações e desempenho das alunas gratuitas na Escola Normal da Feira de Santana às trajetórias pós-formatura, através da identificação das nomeações e do levantamento das localidades de ensino nas quais atuaram, pós formadas.
- Analisar registros documentais da Caixa Escolar que evidenciem recursos voltados para a permanência e manutenção do ensino normal às classes subalternas.
- Investigar a existência de interferência política nos pedidos de gratuidade, a partir de indícios como bilhetes e cartões de indicação.

Os documentos utilizados nesta pesquisa fazem parte do acervo do jornal “Folha do Norte”, periódico que se encontra digitalizado e disponibilizado para consulta interna no Museu Casa do Sertão, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana. Como também fontes documentais, as quais fazem parte do projeto de catalogação arquivística no Instituto de Educação Gastão Guimarães (IEGG), em Feira de Santana.

As fontes utilizadas compreendem o período de 1927, ano em que a Escola Normal foi inaugurada, até 1954, período em que o Sr. Gastão Guimarães ainda dirigia a instituição. A prioridade será dada as notícias referentes às normalistas veiculadas nos jornais, nos livros de matrícula e frequência de alunos, livros de burocracia, atas e portarias, que estejam registrados pedidos e concessões de gratuidade de ensino, permanência e transferências de escola e até mesmo de localidade de ensino das gratuitas, no período descrito. Dessa forma, esses documentos que retratam as normalistas, possibilitarão desenvolver uma análise de cruzamento nominativo de fontes traçando o perfil socioeconômico e trajetória profissional das gratuitas.

Referências:

¹ Camila da Silva Almeida, graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, bolsista PROBIC de Iniciação Científica. Email: camilaalmeidatst@hotmail.com

² FARIA, Luciano Mendes de. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. In: *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autentica, 1998, pp. 29-46.

³ VILLELA, Heloisa. A primeira Escola Normal do Brasil. In *O Passado sempre presente*- São Paulo: Cortez, 1992- (questões da nossa época; v.4) pp.17-42.

⁴ SOUSA, Ione C.J. de. *Garotas tricolores, Deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana*. Dissertação de Mestrado em História Social. PEPGHS/PUC-SP: 1999.

⁵ CRUZ, Antonio Roberto Seixas da. Mestres e mestras para o Sertão: criação e funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. FSA: *Sitientibus*, no 31, jul/ dez 2004, pp.143-168.

⁶ NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Boas C. Monumentos de terra, água e palavras. In: *Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical*- Maceió: EDUFAL, 2007 pp.161-166.

⁷ PALMA FILHO, J.C. (org.) A educação brasileira no período de 1930 a 1960: A Era Vargas. In: *Pedagogia Cidadã*. Cadernos de formação, História da Educação. 3.ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP-Santa Clara Editora, 2005 pp.61-74.